

## Conselho volta a discutir propaganda de bebidas

Especialistas e representantes das emissoras de rádio e televisão e da indústria de cerveja participarão de debate sobre o álcool e os meios de comunicação na próxima terça-feira.

Página 6



**DIFICULDADES** Ernesto Salvo (E), da CNA, ouvido por Sérgio Guerra, Ronaldo Caiado e Duarte Nogueira, expõe os problemas vividos pela agricultura brasileira

## CPI DA TERRA



**CONFLITOS** João Alfredo e Alvaro Dias ouvem, na CPI da Terra, o secretário de Segurança do Paraná

## Secretário depõe e acusa militar de ações violentas contra posseiros

Um grupo de policiais criado para combater roubos de caminhões passou a executar ações de reintegração de posse. Muitas dessas iniciativas, realizadas de madrugada, eram verdadeiras operações de guerra. A denúncia, envolvendo o Grupo Águia, da PM do Paraná, foi feita pelo secretário de Segurança do estado, Luiz Fernando Delazari. Ele acusou um tenente-coronel de comandar as ações.

Página 4

# Contra a crise, agricultura busca apoio no Congresso

Pressionado pelo dólar em baixa e pela redução dos preços internacionais de algumas *commodities*, o setor enfrenta agora cortes dos recursos orçamentários do ministério e lança no Congresso Nacional manifesto em defesa da produção

Página 5



## COMPULSÓRIA EM DEBATE

A idade para aposentadoria compulsória do servidor deve ser aumentada de 70 para 75 anos? A fim de responder essa questão, a Comissão de Justiça realizou audiência com o presidente do STF, Nelson Jobim, e o vice-presidente José Alencar. **Página 3**



**ACERTO** Acordo com o FMI permitirá que o país invista, em três anos, R\$ 9 bilhões em obras, diz Valmir Amaral

## Valmir Amaral elogia projeto de investimento em transporte

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) elogiou o lançamento do Projeto Piloto de Investimento (PPI), fruto de acordo entre o governo federal e o Fundo Monetário Internacional (FMI). O PPI, observou Valmir Amaral, permitirá que o país invista, nos próximos três anos, R\$ 9 bilhões em obras, principalmente no setor de transportes.

– O lançamento desse projeto é digno de ser comemorado por todos os brasileiros. Se as rodovias respondem por 67% dos transportes de grãos e por 95% do transporte intermunicipal e interestadual de passageiros, é evidente que não podem ser negligenciadas – afirmou.

O parlamentar informou que, em 2005, o PPI prevê aplicação de R\$ 2,8 bilhões, sendo R\$ 2,17 bilhões no setor de transportes. Valmir Amaral considera o investimento necessário, pois pesquisa da Confederação Nacional do Transporte, de 2004, indica que 74,7% das rodovias avaliadas apresentavam algum tipo de problema.

– É uma situação gravíssima que compromete o setor – ressaltou o senador.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: jornal@senado.gov.br  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.  
*Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações*

# Agenda

## Reajuste da tabela do IR em pauta no Plenário

A sessão de hoje, marcada para as 10h, analisa o projeto de conversão (PLV 5/05) originado da MP 232, que reajusta em 10% a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, aumentando a faixa de isenção e dimi-

nuindo a carga tributária incidente sobre os cidadãos brasileiros. A matéria tranca a pauta de votações e, caso seja votada, os senadores retomam a discussão de propostas de emendas constitucionais.

## Desnutrição de indígenas é tema de nova audiência

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove nova reunião, às 10h, para tratar da desnutrição de

crianças indígenas em Mato Grosso do Sul. Foram convidados Egon Heck, representante do Conselho Indigenista Missionário de Mato

Grosso do Sul; Celso Aoki, membro do PKN, entidade ligada ao movimento indígena organizado; e o deputado pelo MS Pedro Kemp.

## Homenagem a Niemeyer

O presidente do Senado, Renan Calheiros, conversa com o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), às 10h30; com o ministro da Saúde, Humberto Costa, às 11h; com o presidente da Associação Nacional dos Fiscais Federais Agropecuá-

rios, Luiz Fernando Santos, às 11h30; e com o presidente mundial do grupo Santander Banespa, às 12h. Renan homenageia Oscar Niemeyer (foto), às 17h, durante assinatura do projeto que o tornou Patrono da Arquitetura Brasileira.



## Audiência sobre aviação civil

Os ministros da Defesa, José Alencar, e do Turismo, Walfrido Mares Guia, participam de audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

(CDR), às 10h. Eles discutem a crise nas companhias aéreas e o projeto (PLC 62/04) que determina a criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

## Humberto Costa retoma discussão na CAS

Às 10h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se para analisar projetos, como o que dá prioridade à tramitação de processos judiciais em que alguma parte envolvida é portadora de necessidades especiais

(PLS 216/04). Às 11h, o ministro da Saúde, Humberto Costa, volta à CAS para debater com os senadores a situação da saúde no Rio de Janeiro, a distribuição de medicamentos contra a Aids, entre outros temas.



## Cinema e teatro

A Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social elege o presidente e vice-presidente em reunião marcada para as 10h. Diretores da Agência Nacional de Cinema (Ancine) e das emissoras de televisão participam do encontro, que também conta com a presença das atrizes Zezé Mota e Lúcia Veríssimo.

## Metas do Milênio em debate

O economista Jeffrey Sach, diretor do Projeto do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU) é o convidado da audiência pública que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) promove às 11h. O economista fala sobre o andamento e a implementação das metas do milênio no Brasil e no mundo.

**Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**



**PROTEÇÃO** Segundo a proposta de Simon, paciente tem direito de aceitar ou recusar tratamento

## Projeto define direitos dos pacientes de serviço de saúde

O projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que dispõe sobre os direitos dos pacientes dos serviços de saúde aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta também será examinada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), na qual terá decisão terminativa.

Na justificação, Simon esclarece que o projeto (PLS 101/05) é, na verdade, de autoria do então senador Lúcio Alcântara, hoje governador do Ceará. O representante gaúcho afirma que a matéria “preenche uma lacuna em nosso tecido legal, ao procurar amparar juridicamente os pacientes em uso dos sistemas de saúde”.

A matéria determina que o paciente que esteja consciente e fora de risco de morte tem o direito de aceitar ou recusar o tratamento ou procedimento terapêutico que lhe for prescrito. Se recusar, isso será escrito no prontuário, que deve ser assinado pelo paciente, pelo médico e por, no mínimo, um familiar como testemunha.

### Obrigações

A proposição considera ato de negligência, previsto no Código Civil, deixar de esclarecer as condições de saúde do paciente, assim como o prognóstico, o objetivo do tratamento e os riscos decorrentes da opção de realizá-lo ou não. No caso de o paciente estar inconsciente ou ser menor ou incapaz, esse direito é estendido aos familiares.

A iniciativa considera crime de violação de segredo profissional, previsto no Código Penal, a revelação de diagnóstico, resultado de exames, procedimento terapêutico ou condição de saúde do paciente, pela equipe de serviço, salvo em casos de comunicação obrigatória de enfermidades.

Célio Azevedo



**LIMITES** Antonio Carlos (ao centro), entre Jobim (D) e Alencar (E), preside reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que debateu a ampliação da idade para os aposentados

## CCJ discute a aposentadoria compulsória

**Alencar e Jobim apóiam proposta que eleva para 75 anos a idade para aposentadoria compulsória**

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, e o ministro da Defesa e vice-presidente da República, José Alencar, manifestaram-se a favor da elevação da idade de aposentadoria compulsória do servidor público de 70 para 75 anos. A mudança está prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 42/03, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), e foi o tema de ontem da

audiência pública realizada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

– Sou favorável à ampliação da idade. É uma proposta que está dentro da modernidade. A questão é saber se a medida deve ser tratada de modo diferenciado para as carreiras. Se for assim, basta acrescentar na proposta que leis complementares definirão a situação de carreiras específicas – afirmou Jobim. Para ele, cabe ao Senado definir se o assunto vai ser tratado como uma questão que é conveniente para a nação e para o serviço público ou como uma questão de corporações específicas.

– Se começarmos a discutir

o problema da progressão nas carreiras temos que diminuir o tempo atual para permitir uma maior rotatividade. Agora, se pensarmos em termos da conveniência para o serviço público, a discussão tem que ser posta em termos do interesse público e não de corporações específicas – observou.

De acordo com Jobim, a elevação da idade não vai trazer repercussão para os ministros dos tribunais superiores, uma vez que os nomeados, como lembrou, não são necessariamente da carreira da magistratura. Já no caso dos tribunais de Justiça, dos tribunais regionais federais e dos tribunais regionais do Trabalho, haveria

impacto, uma vez que a promoção ocorre pelos critérios de merecimento e antiguidade.

– Nesses tribunais, se aumentar a idade de aposentadoria para 75 anos, reduz-se o número de vagas para o acesso, quer por antiguidade quer por merecimento, o que não se aplica à magistratura nos tribunais superiores – destacou.

### Expectativa

José Alencar também disse ser favorável à PEC, em razão da elevação da expectativa de vida da população brasileira nos últimos anos. “Esse aumento de cinco anos, tendo em vista a nova expectativa de vida do brasileiro, é até pouco”, afirmou. “Em breve, vamos ter que

fazer uma nova PEC passando o limite para 80 anos”.

Ele também informou que, no caso dos militares que estejam exercendo funções como ministros em tribunais superiores, não haverá repercussão, uma vez que eles permanecem pouco tempo no cargo. No entanto, concordou com a possibilidade de poder haver “entrate” no acesso à carreira, como acentuou o senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Para o ministro da Defesa, poderá ser discutida, entretanto, a entrada em vigor da medida de modo gradual, ou seja, inicialmente a elevação iria para os 71 anos até se chegar aos 75 anos.

### Idade para nomeação também sobe

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 42/03, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), eleva de 70 para 75 anos a idade para aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, dos servidores públicos. A PEC também faz adaptações nos artigos da Constituição que dizem respeito aos integrantes de tribunais, elevando igualmente em cinco anos a idade máxima para nomeação ao cargo, que é atualmente de 65 anos.

Simon destaca que sua proposta não vai atingir aqueles que podem requerer a aposentadoria com base no tempo de serviço, mas que constitui apenas uma faculdade para aqueles que querem permanecer no serviço público.

Em substitutivo, o relator, senador José Jorge (PFL-PE), mantém na Constituição a idade atual e abre a possibilidade de elevá-la em cinco anos, desde que o funcionário se submeta a exame médico que ateste as suas condições de saúde para permanecer em atividade.



**CUIDADOS** José Jorge observa que é preciso estabelecer a relação custo-benefício para evitar desperdícios



**AGILIDADE** Para Mercadante, medida deveria ser implantada imediatamente nos tribunais



**SABEDORIA** Hélio Costa concorda que a experiência dos mais velhos deve ser bem aproveitada



**EXPERIÊNCIA** Ideli afirma que com o passar dos anos as pessoas ficam mais "sábias e imunes"

## ACM anuncia que emenda será votada dentro de 15 dias

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), anunciou ontem que a PEC 42/03 será votada em 15 dias pelo colegiado. Segundo ele, não haverá mais audiências públicas para discutir o tema e as alterações a serem propostas deverão ser encaminhadas por escrito ao relator da matéria, senador José Jorge (PFL-PE).

– Sou favorável ao aumento da idade para a aposentadoria nos tribunais superiores, mas é preciso estabelecer a relação custo-benefício que evite o des-

perdício de recursos humanos no serviço público – disse José Jorge durante a audiência pública na CCJ. O encontro contou com a participação do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, do ministro da Defesa e vice-presidente da República, José Alencar, e do secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, Samuel Guimarães.

Durante a audiência, Simon lembrou que a proposta original previa a permanência do servidor em atividade apenas em casos excepcionais, e não de forma geral em todos os

setores da administração pública.

– Defendo que, em casos excepcionais, o cidadão peça para ficar e que a administração pública decida sobre a sua permanência – ressaltou.

De acordo com o autor do requerimento para a realização da audiência pública, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), o aumento de 70 para 75 anos de idade na aposentadoria compulsória deveria ser implantado de imediato nos tribunais superiores.

– Nas demais carreiras do serviço público, a mudança

poderia ser implantada de forma progressiva, por meio de legislação complementar que levasse em conta as especificidades de cada setor.

Já os senadores Demostenes Torres (PFL-GO) e Amir Lando (PMDB-RO) acham que a mudança deve vigorar indistintamente para todas as carreiras do serviço público. O senador Hélio Costa (PMDB-MG) acha que se deve usar o vigor dos mais jovens e a experiência dos mais velhos. A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) disse que com o passar dos anos as pessoas ficam “mais sábias e imunes”.

Gerardo Magela



DECLARAÇÃO Fala de Delazari (D) é acompanhada por Alvaro Dias e João Alfredo, presidente e relator da CPI

## Secretário acusa grupo de violência na luta pela terra

■ Tenente-coronel que comandava o Grupo Águia volta a depor e rebate denúncias de secretário na CPI

O secretário de Segurança do Paraná, Luiz Fernando Ferreira Delazari, acusou o tenente-coronel da Polícia Militar Valdir Copetti Neves de ser um “criminoso travestido de policial”. Neves está preso por tráfico internacional de armas e formação de milícia armada a serviço de proprietários rurais. Delazari também declarou que o tenente-coronel é o único paranaense registrado na Organização dos Estados Americanos (OEA) sob a acusação de tortura. O secretário de Segurança prestou depoimento ontem perante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra. Ele foi convocado após ter sido acusado pelo tenente-coronel de “perseguição política e grampo ilegal de telefones”.

Segundo Delazari, um dos objetivos de sua pasta é “intermediar os conflitos fundiários do estado de forma a manter a paz no campo, evitando o histórico de violência”. Ele citou como exemplo dessa violência a ação do Grupo Águia, força de elite da PM que foi extinta e era comandada por Neves.

– Recebi inúmeras denúncias de tortura contra Neves. Uma delas envolve a morte do líder rural conhecido como

Teixeirinha, crime que foi uma represália à morte de três policiais à paisana por sem-terra – afirmou Delazari.

O secretário de Segurança relatou que o Grupo Águia foi criado originalmente para combater roubos de caminhões no estado, e que “fez um bom trabalho nessa área”.

– Em determinado momento, porém, o grupo passou a executar ações de reintegração de posse, o que é inusitado e revela como o governo estadual à época [Jaime Lerner] abordava a questão agrária. É como se um órgão que tratasse do meio ambiente passasse a lidar com homicídios – argumentou.

### Ideologia

Delazari ressaltou que o tenente-coronel apresenta uma postura ideológica clara, contrária ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o que poderia ser constatado em uma monografia escrita por Neves. Na audiência realizada pela CPI da Terra em Curitiba, no último dia 18, o tenente-coronel reconheceu ter escrito “uma monografia sobre o MST e suas ações quando estudava na Escola Superior de Guerra”.

– Neves foi indicado, por outro governo estadual, para liderar o Grupo Águia nas ações de despejo, que eram verdadeiras operações de guerra, realizadas de madrugada, sem transparência, e de forma violenta – afirmou o secretário.

Delazari também rebateu as acusações feitas contra ele pelo

próprio tenente-coronel Neves. Entre elas, a de promover grampo ilegal de telefones e de encobrir crime praticado por seu irmão envolvendo tráfico de drogas. Essa última denúncia foi destacada pelo deputado federal Onyx Lorenzoni (PFL-RS). Delazari afirmou que a acusação “não tem consonância com o tema tratado pela CPI da Terra, além de ter o objetivo de desmoralizar e desqualificar nosso trabalho”.

### Grampo

Quando à acusação de grampos ilegais, ele afirmou que a Secretaria de Segurança do Paraná utiliza um sistema de interceptação telefônica “não invasiva”, chamada de Guardiã, com autorização do Poder Judiciário.

– Neves fez essa acusação contra mim justamente porque ele foi preso a partir de interceptações telefônicas – declarou Delazari.

O tenente-coronel, que já havia prestado depoimento à CPI da Terra no dia 18, voltou a depor ontem. Neves negou novamente todas as denúncias contra ele e repetiu as acusações contra Delazari.

Ao se negar a responder a diversas perguntas do deputado João Alfredo (PT-CE), relator da comissão, Neves foi alertado pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), presidente da CPI, de que, “em determinadas oportunidades, não responder é uma forma de depor contra si próprio”.

## Projeto reduz despesas da União com desapropriações

Aguarda designação de relator na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) projeto de autoria do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que diminui despesas da União ou do poder público com indenizações para desapropriações de terras destinadas a assentamentos de reforma agrária.

O projeto (PLS 63/05) altera a Lei Complementar 76/93, que trata da reforma agrária, no que diz respeito ao pagamento de créditos tributários por parte de proprietários de terras que aguardam recebimento de indenização por desapropriação. De acordo com o projeto, esses proprietários só terão direito às indenizações

da União, estados e municípios após a quitação de débitos tributários da propriedade em questão. Até que isso ocorra, os créditos ficarão retidos em juízo, sendo que o poder público poderá requerer até 80% dessa quantia.

Alvaro Dias argumenta, em sua justificativa, que o projeto, além de reduzir as despesas do poder público com as indenizações, permitirá o desafogo do Judiciário com ações de cobranças de tributos. A medida deve ainda evitar que donos de fazendas deixem de realizar benefícios em suas terras, tornando-as improdutivas para serem incorporadas à reforma agrária.

## Pena dobrada para formador de opinião que fizer apologia do crime

Projeto do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), determina que “personalidade pública formadora de opinião com acesso a meio de comunicação de massa” que for condenada por apologia ao crime terá sua pena duplicada. Para ele, pessoas conhecidas que são detidas ou presas acabam por passar a idéia de que “determinado delito é palatável”, com grave repercussão para a sociedade. A pena por apologia ao crime varia de três a seis meses de detenção.

O projeto estabelece ainda que a pena de pessoa formadora de opinião será aumentada (agravada) em decorrência da repercussão de seu crime. Atualmente, podem ser agravadas as penas de pessoas condenadas por terem cometido crimes por motivo fútil ou torpe contra os pais, filhos ou cônjuges, contra crianças, por abuso de poder ou pelo emprego de tortura ou meio cruel, entre outros.

Suassuna lembra que, nos



EXEMPLO Suassuna afirma que envolvimento de artistas ou atletas com crimes afeta a sociedade

últimos tempos, os meios de comunicação têm noticiado que figuras públicas vêm sendo acusadas de cometer crimes, como artistas ou atletas presos por uso de droga ou por relacionamentos com traficantes. No fundo, conforme o senador, fica a imagem da “glorificação” e da propagação desses crimes, afetando substancialmente a sociedade. O senador lembra que em outros países, como nos Estados Unidos, a Justiça aderiu há décadas ao princípio do “efeito demonstração”, argumentando que o Brasil precisa seguir o mesmo caminho.

**Museu do Senado**

Uma história de arte

O Senado Federal possui um museu para relembrar a sua importante presença na vida do Brasil. Venha conhecer de perto a nossa história.

2ª a 6ª feira  
Manhã - 9h30 às 11h30  
Tarde - 14h30 às 17h30

Sábados, domingos e feriados  
10h 11h 12h 13h 14h

Museu do Senado  
www.senado.gov.br

Informações: 311-4331/4029

# Manifesto cobra recursos para a agricultura

Senadores, lideranças e representantes do setor entregam hoje documento ao ministro da Fazenda

As comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), do Senado, e de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CA-PADR), da Câmara, juntamente com o Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Agricultura (FNESA), lideranças e representantes de entidades do setor entregam hoje, às 17h, ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, um manifesto de apoio à recomposição do orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A decisão foi tomada em reunião conjunta das duas comissões e do FNESA, realizada ontem na Câmara, para discutir a redução no orçamento daquele ministério e a crise por que passa a agropecuária.

Os senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Flávio Arns (PT-



RECursos Sérgio Guerra (D), ao lado de Flávio Arns, pede ação conjunta dos Poderes Executivo e Legislativo para recomposição do orçamento agrícola

PR), respectivamente presidente e vice-presidente da CRA, pediram uma ação conjunta dos Poderes Executivo e Legislativo e da sociedade para que o Ministério da Agricultura possa receber recursos suficientes para gerir o setor.

– Vamos resolver essa questão a partir da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano e garantir que, em 2005, o orçamento para o setor seja maior e que o governo fede-

ral não contingencie os R\$ 100 milhões necessários para uma defesa sanitária nacional mais prudente e responsável – afirmou Sérgio Guerra. Ele lembrou ainda que a liberação desses recursos pode representar um saldo maior nas exportações.

– É prioritário que possamos fazer o acompanhamento das ações governamentais, para que os recursos destinados ao campo cheguem no momento

certo – completou Flávio Arns.

## Críticas

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) criticou o envio do manifesto ao governo.

– A impressão que se passa é de que o governo federal desconhece inteiramente o trabalho que está sendo realizado pelo ministro Roberto Rodrigues (da Agricultura). Este governo não respeita o Ministério da Agricultura e o ministro do setor. Minha sugestão é que não mais se procure a área econômica do governo, mas o próprio presidente Lula para saber o que ele pensa da agricultura brasileira.

O senador Osmar Dias (PDT-PR) sugeriu que qualquer decisão com relação ao setor agropecuário seja aprovada pelo Congresso e não mais “arbitrada” pelo governo. Ele pediu também que as comissões de Agricultura do Senado e da Câmara façam um estudo conjunto, com o objetivo de alterar a legislação de classificação de propriedade produtiva. Quanto ao manifesto, o senador sugeriu a inclusão de um pedido de aporte financeiro para a

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

– A Embrapa completou, na terça-feira, 32 anos de existência e de crise financeira. Vamos garantir recursos para que, ao completar 33 anos, a melhor empresa agropecuária do mundo não precise mais ouvir as mesmas promessas do governo sem que nada seja feito – afirmou Osmar Dias.

## Carne

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) alertou para a possibilidade de a carne brasileira ser interdita nos Estados Unidos e disse que uma comissão daquele país inspecionou os frigoríficos no Brasil e os considerou fora dos padrões.

– Se o comércio com os EUA for bloqueado, a Europa e outros países que compram nossa carne farão o mesmo.

O deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO) lembrou que os recursos do Orçamento destinados ao setor diminuem a cada ano, com o contingenciamento feito pelo governo, enquanto as dívidas dos produtores rurais aumentam na mesma proporção.

## Entidades agrícolas criticam corte no Orçamento

Os representantes das entidades ligadas ao setor agrícola presentes na reunião conjunta das comissões de Agricultura do Senado e da Câmara foram unânimes em criticar o corte de recursos governamentais para o setor agrícola. O presidente do Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Agricultura (FNESA), Antônio Duarte Nogueira, avalia que a escassez e o congelamento de recursos para a área representam “uma decisão ineficaz, equivocada e burra de economia e contingenciamento”. Ele afirmou que é preciso liberar imediatamente os recursos garantidos no Orçamento da União para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abas-

tecimento (Mapa) e para a defesa sanitária, antes que o colapso do setor traga reflexos “horrorosos” para o país.

– Este segmento representa 37% da riqueza do país e emprego para um terço dos brasileiros. Além disso, em 2004, o Brasil foi, pela segunda vez consecutiva, o maior exportador de carne bovina, o equivalente a US\$ 6 bilhões a mais na nossa balança comercial – afirmou.

### Estiagem

Antônio Nogueira lembrou ainda que, neste ano, o setor agrícola já sofre com graves problemas, como a valorização do real frente ao dólar e a estiagem no Sul do país.

Na opinião do presidente da Confederação Nacional da

Agricultura (CNA), Antônio Ernesto de Salvo, o Brasil está perdendo uma oportunidade única de se reerguer com o campo e se tornar um país de primeiro mundo.

– Está se levantando no Brasil uma *tsunami* de indignação, com o aumento escandaloso no preço dos insumos e uma infraestrutura decadente do setor. O setor produtivo não consegue fechar suas contas, os preços no mercado só têm piorado e o governo desprezando tudo isso – alertou Salvo.

Ele disse que é preciso respeitar o setor rural e o Ministério da Agricultura, “que são a salvação do país”, e que é hora de o governo garantir tranquilidade para se plantar a próxima safra.

## Documento traz propostas que poderão ajudar o setor

No manifesto que será entregue ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, os senadores, deputados e representantes de entidades do setor agrícola pedem a recomposição do orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), nos termos aprovados pelo Congresso Nacional, com as emendas incluídas pelos parlamentares e uma maior atenção aos débitos dos produtores rurais.

O documento também solicita do governo federal a realização de estudos sobre a redução do custo dos insumos agrícolas no Brasil, com propostas para se combater a “cartelização” no agronegócio brasileiro, especialmente no setor de insumos, defensivos agrícola-

es e frigoríficos. Os senadores, deputados e representantes das entidades agrícolas também querem que o governo apresente propostas viáveis para equacionar o endividamento dos produtores rurais e a edição de normas para que o setor de agrotóxicos possa operar com desenvoltura.

Segundo o documento, o contingenciamento dos recursos poderá comprometer várias áreas importantes, a começar pela própria balança comercial, com a queda nas exportações de carnes. Entre as principais áreas afetadas estão a defesa sanitária vegetal e animal, o controle de doenças e pragas, o desenvolvimento de tecnologias e a capacitação de funcionários.



AValiação Luiz Otávio defende a convocação do ministro Roberto Rodrigues para explicar denúncias

## Combate à aftosa no Pará será tema de audiência pública na CAE

Possíveis falhas no programa brasileiro de erradicação da febre aftosa no estado do Pará serão avaliadas em audiência pública que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai promover. Requerimento nesse sentido, de autoria do presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), foi aprovado na

reunião de terça-feira.

Serão convidados para a audiência o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, e o diretor de Defesa Animal do Ministério da Agricultura, Jorge Caetano Júnior, que deverão explicar denúncias sobre falhas no programa de erradicação da febre aftosa no Pará. Foi apro-

vado também requerimento da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) solicitando a realização de audiência pública com a presença do secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, Remígio Todeschini, para instruir projeto que dispõe sobre a concessão de incentivo

fiscal às empresas que tenham empregados com mais de 40 anos.

A CAE autorizou ainda empréstimo externo pelo estado de Pernambuco junto ao Banco Mundial, no valor de US\$ 31,5 milhões. Os recursos deverão ser usados na melhoria da qualidade da educação.

# Programa da TV Senado ganha prêmio da CNBB

**Inclusão**, programa que dá espaço à população marginalizada, é escolhido para receber o troféu Clara de Assis

O programa *Inclusão*, com o tema “População de Rua”, produzido pela repórter da TV Senado Solange Calmon, foi escolhido pelo júri da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para receber o Prêmio Clara de Assis para a Televisão, na categoria documental. Solange receberá o prêmio no próximo dia 11 de maio, às 20h, na sede da Rede Vida, em Brasília. A cerimônia será transmitida ao vivo pela emissora católica.

Exibido quinzenalmente, aos sábados e domingos, às 11h30 e 9h, respectivamente, o programa tem duração de 30 minutos. O *Inclusão* procura dar espaço à população marginalizada, como, por



**SOCIEDADE** O programa produzido por Solange mostra a “vida lá fora”, em vez de personagens da política

exemplo, pessoas portadoras de necessidades especiais ou com transtornos mentais, populações de rua e carcerária ou idosos.

– A TV Senado ampliou esse canal de comunicação. Nós resolvemos gravar lá fora, em vez de mostrar só senadores ou pessoas que normalmente participam de entrevistas para falar dos problemas em discussão – explica Solange.

O programa premiado é o terceiro da série e mostra a situação de pessoas que vivem em lixões, debaixo de pontes e em albergues. A jornalista fez um contraste entre a realidade de moradores do Lago Sul, considerados os mais privilegiados da capital do país, e os ocupantes de uma área de invasão localizada atrás do Senado Federal, onde cerca de 25 crianças viviam como animais, no meio de ratos e moscas.

– A idéia da série é mobilizar não só o governo, mas principalmente a sociedade, porque acho que nós somos muito solidários no Brasil. Mas acho que falta mostrar essa realidade para as pessoas – disse a repórter.

Solange Calmon informou que o próximo programa, a ser exibido em maio, mostrará internos que vivem em condições precárias em manicômios e que o governo está transferindo para casas com capacidade de até sete pessoas.



**CERIMÔNIA** No lançamento do livro, dona Lily Marinho e o presidente do Senado, Renan Calheiros, conversam observados por senadores e convidados

## Lançado no Senado livro sobre Roberto Marinho

O livro *Dr. Roberto: 100 anos no esporte, na educação, na cultura, no jornalismo* foi lançado na terça-feira, no Salão Negro do Senado Federal. O evento teve a presença de dona Lily Marinho, senadores, deputados e ministros. A obra é uma homenagem dos centros universitários Uniceub, de Brasília, e UniFMU, de São Paulo, ao jornalista Roberto Marinho, das Organizações Globo. Se não tivesse falecido em 2003, ele teria completado um século de existência em 3 de dezembro do ano passado.

Ao abrir as homenagens, o ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Melo afirmou que dificilmente o país poderia dispor do seu rico patrimônio cultural nas condições atuais, reconhecido em todo o mundo, se não houvesse a ação pública do jornalista Roberto Marinho.

Conhecedor da trajetória do

fundador da TV Globo, o senador Marco Maciel (PFL-PE) fez questão de salientar que Roberto Marinho “foi, sobretudo, um homem republicano”.

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, destacou que o jornalista foi personagem central da história brasileira do século 20.

– A construção do Brasil moderno é sintetizada na obra de Roberto Marinho – afirmou Renan.

O livro, de 308 páginas, reúne entrevistas e depoimentos, além de mais de 330 fotos e ilustrações. Foi escrito a quatro mãos – o empresário Antônio Carlos de Almeida Braga apresenta Marinho à luz do esporte; o escritor Arnaldo Niskier concentrou-se no campo da educação; Joaquim Falcão trabalhou a dimensão da cultura; e Mauro Sales priorizou os aspectos do jornalismo na vida do comunicador.



**PROPAGANDA** Virgílio quer esclarecimentos sobre parcerias mencionadas por Gushiken

questões.

Em outro requerimento, dirigido ao ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, o senador amazonense solicita informações a respeito do lançamento de mais uma loteria oficial, denominada Timemania, “supostamente para ajudar times de futebol”.

### Efeitos da regulação da publicidade

Estudos comparando 17 países com proibição total, proibição parcial ou sem qualquer proibição da propaganda de bebidas alcoólicas mostraram o seguinte:

Países que proíbem a publicidade de destilados têm níveis de consumo 16% mais baixos e 10% menos acidentes automobilísticos fatais do que países sem qualquer tipo de proibição.

Países que proíbem a propaganda de cervejas e vinhos, além dos destilados, têm níveis de consumo 11% menores e 23% menos acidentes automobilísticos fatais do que os que proíbem apenas a propaganda de destilados.

Fonte: [www.propagandasembebida.org.br](http://www.propagandasembebida.org.br)



## Propaganda de bebidas será debatida no Congresso

O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS) volta a debater, na próxima terça-feira, a questão da publicidade de bebidas alcoólicas. O tema já foi discutido em duas outras reuniões, quando os participantes demonstraram preocupação principalmente em relação à propaganda dirigida aos adolescentes.

Além dos presidentes da Associação Brasileira de Emisoras de Rádio e Televisão (Abert), José Inácio Pizani, e do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (Sindicerv), Milton Seligman, participarão do encontro como expositores o diretor-executivo do Conselho Nacional de Auto-Regulamen-

tação Publicitária (Conar), Edney Narchi, e o ex-presidente do Conselho Federal de Psicologia, Ricardo Moretzsohn.

O CCS é um órgão auxiliar do Congresso, composto por representantes da sociedade civil, de empresas de mídia, dos jornalistas e dos artistas. Foram criadas cinco comissões no âmbito do conselho: regionalização da programação, tecnologia digital, radiodifusão comunitária, TV a cabo e concentração na mídia.

Consta também da pauta da reunião um debate sobre a lei de comunicação de massa. A reunião ocorrerá a partir das 14h, na sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa.

## Presidente da Câmara recebe Arnaldo Niskier

O presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS), Arnaldo Niskier, visitou ontem o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti. Niskier foi se apresentar a Severino e, em suas palavras, “buscar trabalho”. O conselheiro Paulo Camargo, da Rede Brasil Sul, representante das empresas de mídia impressa, acompanhou o presidente do conselho.

– É a primeira vez que o presidente da Câmara recebe o presidente do Conselho de Comunicação. Ele prometeu que vai nos dar muitos projetos para estudar e colaborar com ele, como órgão auxiliar que somos, em todos os assuntos que se refiram às telecomunicações e à radiodifusão – afirmou Niskier.

O presidente do CCS disse ainda que “a parceria está estabelecida” e que uma das principais diretrizes do trabalho conjunto da Câmara e do conselho é a elaboração da Lei Geral de Comunicações, que deverá regular o setor.

## Virgílio questiona sobre campanha do governo

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), apresentou requerimento de informações junto ao ministro-chefe da Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken, sobre parceria com líderes empresariais para uma nova campanha de propaganda do governo, mencionada pelo ministro à imprensa.

No requerimento, o senador pergunta também quais os custos do governo na parceria, se foi fixado o percentual em reais da ajuda empresarial para a campanha e quais os fundamentos legais em que se baseia o contrato, dentre outras

## Em homenagem ao deputado Paulo Kobayashi, Senado cancela sessão deliberativa

Em homenagem ao deputado federal Paulo Kobayashi (PSDB-SP), que faleceu na última terça-feira, o Senado Federal cancelou a sessão deliberativa de ontem. A suspensão

decorreu de aprovação de requerimento feito pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Renan Calheiros (PMDB-AL) e Serys Slhessarenko (PT-MT).

Kobayashi, de 59 anos, era

natural de Ribeirão Pires, no estado de São Paulo. Foi um dos fundadores do PSDB. Assumiu o mandato de deputado federal em 2003, como suplente. Anteriormente, fora também depu-

tado estadual e vereador na capital paulista. Antes de filiar-se ao PSDB, militou na Arena e no PMDB.

O Senado já havia aprovado, na terça-feira, um voto de pesar pela morte do depu-

do, que foi comunicada em Plenário, durante as votações, pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). O Senado deverá também apresentar condolências à família e ao estado de São Paulo.

## Antero Paes de Barros quer fechar portas à corrupção

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) apresentou projeto de lei (PLS 46/05) que amplia de cinco para 16 anos o prazo de prescrição de ações judiciais em casos de improbidade administrativa. O senador afirma que o prazo de cinco anos tem sido um dos principais fatores para a impunidade dos agentes que causam prejuízos ao erário. A penalidade proposta recai sobre quem detém mandato e sobre quem exerce cargo em comissão ou função de confiança. O projeto altera o artigo 23 da Lei 8.429/92.

A matéria, já lida na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), tem como relator o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

Antero, que presidiu a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que visava apurar evasão de divisas por meio do Banestado, apresentou 20 projetos para combater a corrupção na administração pública. Os projetos, segundo o senador, “fecham janelas” a ilícitos que “vêm contaminando a política e a própria eficiência do Estado brasileiro”.

Além do prazo prescricional, os projetos do senador Paes de Barros contra a corrupção dispõem, entre outros temas, sobre atividade de *factoring* no Brasil, quarentena para os diretores do Banco Central e proibição de venda de dólares pelas agências de turismo.



**FALCATRUAS** Antero de Barros apresentou 20 projetos contra atos ilícitos na administração pública

## Marcelo Crivella ataca uso eleitoral de obras públicas

Projeto do senador proíbe a divulgação de realizações de governo em campanhas para o Executivo

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) apresentou projeto de lei que proíbe que candidatos a cargos no Executivo utilizem obras e realizações de governo em propaganda eleitoral ou institucional nos seis meses que antecedem a eleição. Atualmente, a legislação proíbe aos candidatos ao Poder Executivo participar de inaugurações de obras nos três meses que precedem o pleito.

O senador argumenta que a Lei 9.504/97, que estabelece normas para as eleições, proíbe que o candidato participe



**QUARENTENA** Projeto de Crivella vale para os seis meses anteriores às eleições ao Poder Executivo

da inauguração de obras com o propósito de coibir uma exploração privilegiada do evento, mas permite a veiculação desses feitos por meio de propaganda eleitoral ou institucional. Na avaliação do

senador, a divulgação dessas inaugurações pode influenciar o juízo dos espectadores, em detrimento dos demais candidatos que não têm a “máquina administrativa” a seu favor.

Crivella afirma que sua proposta irá coibir “o péssimo hábito” de alguns administradores de deixarem para o último ano de mandato – o ano eleitoral – a conclusão de obras fundamentais para o município, para o estado ou para o país, tirando disso proveito político para si ou para o candidato de sua preferência, em detrimento dos interesses legítimos e do atendimento às iminentes necessidades de seus eleitores.

O projeto se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para ser apreciado em caráter terminativo.

## César Borges propõe metas para a fixação de juros

O senador César Borges (PFL-BA) apresentou projeto de lei (PLS 57/04) com o objetivo de reduzir a diferença entre as taxas de juros recebidas por aplicadores e as taxas cobradas na concessão de empréstimos – o chamado *spread*. A saída imaginada por César Borges consistiria em estabelecer políticas para a redução do *spread* por meio da fixação de metas semestrais, a cargo do Banco Central. O cumprimento dessas metas seria fiscalizado pelo Congresso Nacional, que a cada semestre conferiria os resultados em relatórios do BC.

– A fixação de metas para a inflação e para o desempenho das contas públicas são exemplos bem-sucedidos que mostram a eficácia desse sistema no alcance dos propósitos do governo – observa o senador pefelista.

Na justificativa do seu proje-

to, o parlamentar cita relatório do próprio Banco Central mostrando que o lucro dos bancos era responsável por 18% do *spread* em 1999, ao passo que a inadimplência era responsável por 35%. O restante do *spread* devia-se a impostos (25%) e despesas administrativas (22%). Em 2003, ou seja, quatro anos depois, o lucro dos bancos passou a representar 37,5% do *spread*, enquanto a inadimplência recuou para 19,1%.

– Isso deixa claro que os bancos embolsaram os ganhos obtidos com a redução da inadimplência ao longo dos últimos anos, prejudicando os consumidores e o próprio país – afirma o senador.

César Borges chama a atenção para as conseqüências danosas dos juros altos na atividade empresarial. Em 2004, a taxa de juros média cobrada pelos bancos chegou em alguns



**LUCRO** Borges diz que os bancos embolsaram ganhos com a redução da inadimplência nos últimos anos

momentos a 65% ao ano, para empréstimos de capital de giro, e a 64,4% ao ano para desconto de duplicatas. No entender do parlamentar, as empresas do setor produtivo estão trabalhando “para sustentar o setor financeiro”.

A proposta de César Borges está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aguardando a designação de um relator. Depois da CCJ, o projeto será examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



**SEGURANÇA** Augusto Botelho quer voto impresso para conferência do eleitor após a votação eletrônica

## Projeto de Augusto visa transparência nas eleições

As eleições de 2006 poderão contar com o voto impresso completo para conferência visual do eleitor. O primeiro passo para viabilização da medida foi dado pelo senador Augusto Botelho (PDT-RR). Um projeto de lei de sua autoria (PLS 100/05) deverá ser examinado ainda neste primeiro semestre, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Se aprovado, segue para análise da Câmara dos Deputados, caso não haja pedido de apreciação pelo Plenário do Senado.

Augusto Botelho explicou que sua proposta tem por objetivo dar maior segurança e transparência ao processo eleitoral brasileiro, porque o eleitor poderá conferir seu voto depois da votação. Caso o eleitor não concorde com os dados registrados no papel, poderá repetir toda a operação eletrônica.

Ao final do processo de votação, o voto em papel deverá ser depositado em uma urna previamente lacrada. Então o juiz eleitoral sorteará, em audiência pública, 2% das urnas de cada zona eleitoral, respeitando o limite mínimo de três urnas por município. Os votos impressos dessas urnas deverão ser contados e comparados com os resultados apresentados pelo respectivo boletim de votação eletrônica.



**DESAMPARO** Na condição de terceirizados, diz Papaléo, agentes não contam com direitos mínimos

## Papaléo quer proteção da CLT para agentes de saúde

Papaléo Paes (PMDB-AP) apresentou proposta para vincular os agentes comunitários de saúde terceirizados ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O objetivo do projeto (PLS 106/05), segundo o senador, é assegurar os direitos trabalhistas a esses profissionais que atuam na esfera dos municípios.

— Os agentes comunitários de saúde devem ser sempre contratados pelo regime da CLT, pois se trata de regra implícita às relações de trabalho do setor privado, embora nem sempre observada — afirma Papaléo na justificativa do projeto. Ele disse que mais de 80 mil dos 172 mil agentes comunitários que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS) não contam com direitos trabalhistas e previdenciários, como férias, 13º salário, licença-saúde e outros benefícios da seguridade social.

Papaléo explica que a distorção ocorre na esfera do município, apesar de a profissão de agente comunitário de saúde ser exercida no âmbito do SUS. Isso acontece porque o vínculo é com o gestor municipal onde o agente atua. O projeto foi encaminhado para a Comissão de Assuntos Sociais.

# Paim propõe redução da jornada de trabalho

■ Projeto envolve negociação direta e preserva salários, mas impõe compromisso com produtividade

Com o objetivo de combater o desemprego, o senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou projeto de lei criando o Pacto Empresarial para o Pleno Emprego (Pepe), um mecanismo para restringir a jornada de trabalho, das atuais 44 horas para 36 horas semanais, sem redução de salário. De acordo com a proposta, as medidas seriam negociadas diretamente entre patrões e empregados, cabendo a estes o compromisso de aumentar sua produtividade.

O projeto (PLS 104/05), em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), prevê que a adesão ao Pepe



**CONTRAPESO** Proposta de Paim prevê abatimento de 50% nas contribuições patronais sobre folha

será voluntária e por um período de cinco anos. Os empregados admitidos em função da redução da jornada terão seus contratos limitados em idêntico prazo, findo o qual a empresa não terá qualquer compromisso com eles, nem mesmo em relação ao pagamento de aviso prévio.

Pela proposta, o governo federal deverá participar do

esforço, concedendo abatimento de 50% nas contribuições sociais e previdenciárias patronais que incidirem sobre o valor da folha relativa aos empregados contratados em regime de redução de jornada.

Paim argumenta que, nos últimos dez anos, houve grande desenvolvimento da tecnologia de computadores, da comunicação, da mecanização industrial e da robotização. Esse processo reduziu custos, aumentou a produtividade e a qualidade dos produtos, resultando em expressivo aumento da riqueza do mundo.

O parlamentar salienta, porém, que essa riqueza não foi dividida com justiça, ficando concentrada nas mãos de 1 bilhão de consumidores, em detrimento de uma maioria de mais de 5 bilhões, que, além de mal remunerada, está sujeita às crises de desemprego.



**FOCO** Paulo Octávio pretende ativar ações em benefício de trabalhadores e comunidades carentes

## Paulo Octávio defende cessão de imóveis para filantrópicas

A Lei de Licitações pode passar a admitir a cessão de imóveis públicos para entidades civis sem fins lucrativos dedicadas a atividades esportivas, culturais e de lazer. Isso é o que estabelece projeto (PLS 105/05) do senador Paulo Octávio (PFL-DF) que tramita, em caráter terminativo, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Pela proposta, a permissão ou concessão de uso desses bens deve levar em conta a promoção de atividades voltadas para trabalhadores ou comunidades carentes. Estabelece ainda que os contratos de alienação dos imóveis conterão cláusula de reversão não-indenizável em casos de desvio de finalidade.

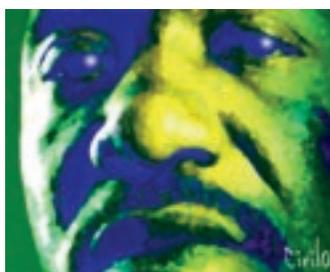
Paulo Octávio assinala que o projeto busca adequar a Lei de Licitações (8.666/93) à Constituição federal. Conforme observou, o texto constitucional determina que o Estado garanta a todos "o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais". A Lei de Licitações, no entanto, não prevê condições especiais para que se cumpra esse objetivo.

## Valmir Amaral elogia sistema de cotas

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) defendeu o sistema de cotas para negros e pardos nas universidades brasileiras, ressaltando sua importância para a redução das desigualdades sociais. O parlamentar frisou que é dever do Estado, e de toda a sociedade, garantir igualdade de oportunidades a todos os brasileiros.

— O sistema de cotas para o acesso ao ensino superior deve ser recebido como um passo imprescindível e louvável — afirmou o senador.

Na avaliação do parlamentar, as cotas já constituem medida bem-sucedida e de-



vem ser aplicadas também para as populações indígenas e para os alunos de escolas públicas brasileiras. Valmir Amaral argumenta que estudantes oriundos do sistema público de ensino estão em desvantagem se comparados com jovens de classe média que estudaram em escolas

particulares.

Baseado em dados do Censo 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Valmir Amaral informou que os afrodescendentes são 45% da população brasileira. Ele assinalou que o país tem "enorme dívida moral" com os negros, pardos e índios brasileiros. O poder público, entende o senador, deve corrigir os "equivocos históricos".

— A ação afirmativa é o caminho que o Brasil deve seguir nas próximas décadas, para encerrar uma história de iniquidades que ainda hoje nos atingem — afirmou.

## Exploração de petróleo pode beneficiar pescadores

Projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES) pode direcionar parte dos royalties gerados pela exploração do petróleo na costa brasileira para colônias de pescadores de todo o país. A proposta (PLS 293/04), que envolve benefício de cerca de R\$ 43 milhões por ano para as comunidades, está sendo discutida na Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

dania (CCJ). Atua como relatora da matéria a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Camata diz que a exploração do petróleo traz grandes vantagens para o país, mas também produz "efeitos colaterais" negativos. Segundo ele, a atividade prejudica, principalmente, as colônias de pesca artesanal. Isso porque as plataformas marítimas atraem os cardumes

e forçam os pescadores a buscarem áreas distantes da costa para exercer sua atividade, necessitando de embarcações mais robustas e bem equipadas para alto-mar.

O projeto altera a Lei 9.478/97, que dispõe sobre a política energética nacional e reparte a parcela de royalties que excederem a 5% da produção de petróleo, distribuindo-a

entre estados, municípios e ministérios. Gerson Camata pretende fazer pequenas mudanças nas cotas que cabem a cada beneficiário, para incluir entre eles a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, à qual caberia 1% daquela parcela excedente. O objetivo da proposta é modernizar as embarcações das comunidades de pesca artesanal.



**REPARAÇÃO** Objetivo de Camata é compensar pescadores por danos causados pela atividade petrolífera